

Brasília-DF, 23 de Outubro de 2025.

À Secretaria-Geral da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, Às Liderança Partidárias,

Com a realização da COP30 em novembro, em Belém, o Brasil tem a oportunidade histórica de demonstrar ao mundo seu compromisso com a sustentabilidade e a justiça climática. Para que o Congresso Nacional assuma o protagonismo que o momento exige, encaminhamos este conjunto de proposições legislativas priorizadas pela Frente Parlamentar Mista Ambientalista e pela Subcomissão da COP30 da CMADS.

A Secretaria-Geral da Mesa, estará realizando um consulta junto aos partidos para identificar as matérias com maior viabilidade política de aprovação. As proposições consensuais deverão ter o regime de urgência votado na próxima semana e o mérito apreciado no período de 3 a 7 de novembro, consolidando uma agenda legislativa que fortaleça a atuação do Parlamento brasileiro na COP30 e no enfrentamento da crise climática.

São projetos que demandam urgência em sua aprovação até a COP30:

CÂMARA DOS DEPUTADOS				
PL	EMENTA	AUTOR	SITUAÇÃO	
PEC 6/2021 - PEC DA ÁGUA	Inclui, na Constituição Federal, o acesso à água potável entre os direitos e garantias fundamentais.	Senado Federal	Câmara dos Deputados-aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa	
MSC 209/2023- ACORDO DE ESCAZÚ	Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe ("Acordo de Escazú"), assinado em Nova York, em 27 de setembro de 2018.	Poder Executivo	Câmara dos Deputados-Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)	
PL 4347/2021 - PNGATI	Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas- PNGATI.	Joenia Wapichana - REDE/RR	Câmara dos Deputados-Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	



PL 131/2020 - RECONHECE OS TERRITÓRIOS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS	Dispõe sobre o reconhecimento, proteção e garantia do direito ao território de comunidades tradicionais pesqueiras, tido como patrimônio cultural material e imaterial sujeito a salvaguarda, proteção e promoção, bem como o procedimento para a sua identificação, delimitação, demarcação e titulação.	Comissão de Legislação Participativa	Câmara dos Deputados-Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA
PLP 120/2024 - PACTO NACIONAL PELA RESTAURAÇÃO DA NATUREZA E DOS BIOMAS DO BRASIL	Institui o Pacto Nacional pela Restauração da Natureza e dos Biomas do Brasil, e dá outras providências	Nilto Tatto - PT/SP	Câmara dos Deputados-Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Administração e Serviço Público
PL 2842/2024 - PROTEÇÃO PERMANENTE DOS RIOS	Institui a Política Nacional de Proteção de Rios, cria o Sistema Nacional de Rios de Proteção Permanente e dá outras providências.	Nilto Tatto - PT/SP	Câmara dos Deputados-Pronta para Pauta na Comissão de Minas e Energia (CME)
PL 1874/2022 - POLÍTICA NACIONAL DE ECONOMIA CIRCULAR	Institui a Política Nacional de Economia Circular (PNEC) e altera a Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010 (Lei do Pré-Sal), e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para adequá-las à nova política.	Senado Federal - Comissão de Meio Ambiente	Câmara dos Deputados-Apensado ao PL 5296/2016 - Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA; Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)
PL 2809/2024 PREVISÃO DE EDUCAÇÃO PARA REAÇÃO A DESASTRES CLIMÁTICOS.	Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e a Lei nº Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para incluir a previsão de educação para reação a desastres climáticos.	Pedro Campos - PSB/PE , Tabata Amaral - PSB/SP , Camila Jara - PT/MS, e outros,	Atualmente na CINDRE, com parecer pela aprovação
PL 4553/2025-INFOCLI MA-TERRA-BRASI L	Institui o Portal Nacional de Informações Estratégicas Socioambientais, Climáticas e Territoriais -	Tabata Amaral - PSB/SP, Duarte Jr PSB/MA, Camila Jara -	Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados



	"INFOCLIMA-TERRA-BRASI L", e dá outras providências.	PT/MS e outros	
PL 1660/2024-FATOR AMAZÔNICO COMO CRITÉRIO DE PONDERAÇÃO NA FORMULAÇÃO E EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Institui o Fator Amazônico como critério de ponderação na formulação e execução de Políticas Públicas de desenvolvimento social, com foco na redução das desigualdades regionais, na dignidade da pessoa humana e na equidade.	Professora Goreth - PDT/AP , Henderson Pinto - MDB/PA , Duda Ramos - MDB/RR e outros	Aguardando Designação de Relator(a) na Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais (CPOVOS)
PLP 150/2022-INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE BIOECONOMIA	Institui a Política Nacional de Bioeconomia, em articulação com a implementação de diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, e altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, a Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, a Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, e a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Da Vitoria - PP/ES , Francisco Jr PSD/GO, Zé Vitor - PL/MG e outros	Situação: Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CINDRE)
PL 4958/2023-CRIA A ZONA FRANCA DA BIOECONOMIA	Cria a Zona Franca da Bioeconomia, nas condições que especifica.	Elcione Barbalho - MDB/PA	Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)
PL 336/2025-REDUÇÃ O PROGRESSIVA DA PRODUÇÃO E DO USO DE PLÁSTICOS NO BRASIL	Dispõe sobre a redução progressiva da produção e do uso de plásticos no Brasil, considerando seu ciclo de vida e a contaminação ambiental por microplásticos.	Jadyel Alencar - REPUBLIC/PI	Situação: Apensado ao PL 10504/2018 - Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)
PL 2258/2023-DESMAT AMENTO ZERO	Institui o "Desmatamento Zero", com a finalidade de conter a supressão de vegetação em todo território nacional.	Amom Mandel - CIDADANIA/AM , Flávia Morais - PDT/GO, Tábata Amaral - PSB/SP e outros	Situação: Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)



PL 4949/2024- PRIORIDADE DE MUNICÍPIOS VULNERÁVEIS NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO	Altera a Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, para estabelecer critérios de prioridade para municípios em situação de vulnerabilidade social na execução dos serviços de saneamento básico.	Amom Mandel - CIDADANIA/AM	Situação: Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF)
PL 5003/2025-REGULA ÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS HÍDRICOS POR CENTROS DE PROCESSAMENT O DE DADOS (DATA CENTERS)	Dispõe sobre a regulação do consumo de recursos hídricos por centros de processamento de dados (data centers) no território nacional, com vistas à preservação da soberania hídrica da população, e dá outras providências.	Chico Alencar - PSOL/RJ, Túlio Gadêlha - REDE/PE, Luiza Erundina - PSOL/SP e outros	Situação: Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados
PL 3277/2025-MITIGA ÇÃO DOS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM PRÉDIOS PÚBLICOS	Dispõe sobre diretrizes para mitigação dos efeitos das mudanças climáticas em prédios públicos e espaços públicos ou privados de circulação ou concentração de pessoas, e dá outras providências.	Sâmia Bomfim - PSOL/SP	Situação: Aguardando Parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Educação (CE)
PL 1725/2025-VEDA A OFERTA DE NOVOS BLOCOS DE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NA AMAZÔNIA	Veda a oferta de novos blocos de exploração de petróleo e gás na Amazônia e obriga a recuperação ambiental nas áreas com atividades de produção desses hidrocarbonetos na região	Ivan Valente - PSOL/SP, Célia Xakriabá - PSOL/MG, Luiza Erundina - PSOL/SP e outros	Situação: Pronta para Pauta na Comissão de Minas e Energia (CME)
PL 2274/2023-AUMEN TA A PENA DO CRIME DE EXECUÇÃO PESQUISA, LAVRA OU EXTRAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS SEM A COMPETENTE AUTORIZAÇÃO	Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar a pena do crime de execução pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida, especialmente nos casos em que ocorrer em terras ou reservas indígenas	Túlio Gadelha - REDE (PE)	Apensado ao PL 2933/2022 - Aguardando Designação de Relator(a) na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
PL 466/2015- ADOÇÃO DE MEDIDAS QUE ASSEGUREM A	Dispõe sobre a adoção de medidas que assegurem a circulação segura de animais silvestres no território nacional,	Ricardo Izar - PSD/SP, Célio Studart - PV/CE	Pronta para Pauta no Plenário (PLEN)



;

A COP30 representa um marco não apenas para o Brasil, mas para o próprio papel do Parlamento na construção de soluções climáticas duradouras. É fundamental que o Legislativo deixe um legado concreto neste momento, traduzido em leis que reafirmam o compromisso do país com a adaptação, transição justa, financiamento climático, biodiversidade, mitigação, bioeconomia e a proteção dos biomas. O avanço dessas proposições será a expressão prática de que a Câmara dos Deputados está unida e comprometida em transformar o protagonismo brasileiro na COP30 em resultados reais para as presentes e futuras gerações.

Renovando nossa disposição para o diálogo e cooperação em torno desta pauta estratégica, apresentamos votos de estima e elevada consideração.

DEPUTADO FEDERAL NILTO TATTO

Coordenador da Frente Parlamentar Mista Ambientalista/Vice Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

DEPUTADA FEDERAL ELCIONE BARBALHO

Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

DEPUTADA FEDERAL SOCORRO NERI

Coordenadora da Frente Parlamentar da Transição Climática Justa

DEPUTADA FEDERAL DUDA SALABERT

Presidenta da Subcomissão Especial da COP30/CMADS

DEPUTADO FEDERAL TÚLIO GADELHA

Relator da Subcomissão Especial da COP30/CMADS Coordenador do GT Mar da Frente Parlamentar Mista Ambientalista

DEPUTADO FEDERAL MATHEUS LAIOLA

Coordenador do GT Animal da Frente Parlamentar Mista Ambientalista

DEPUTADA FEDERAL CAMILA JARA

Coordenadora do GT Pantanal da Frente Parlamentar Mista Ambientalista



DEPUTADA FEDERAL TALÍRIA PETRONE

Coordenadora do GT Clima da Frente Parlamentar Mista Ambientalista

DEPUTADO FEDERAL DANDARA

Coordenadora do GT Cerrado da Frente Parlamentar Mista Ambientalista

DEPUTADA FEDERAL CÉLIA XAKRIABÁ

Coordenadora do GT Mineração da Frente Parlamentar Mista Ambientalista

DEPUTADA FEDERAL TÁBATA AMARAL

Coordenadora do GT Questões Urbanas e Resíduos Sólidos da Frente Parlamentar Mista Ambientalista

DEPUTADA FEDERAL CAROL DARTORA

Coordenadora do GT Racismo Ambiental da Frente Parlamentar Mista Ambientalista

DEPUTADO FEDERAL PEDRO CAMPOS

Coordenador do GT Energias Renováveis da Frente Parlamentar Mista Ambientalista

DEPUTADO FEDERAL CHICO ALENCAR

Coordenador do GT Educação Ambiental da Frente Parlamentar Mista Ambientalista

DEPUTADA NATÁLIA BONAVIDES

Coordenadora do GT Juventudes da Frente Parlamentar Mista Ambientalista